

Um Portugal no Brasil

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

Portugal possui território de 92.212 km² e população de 10.330 milhões de pessoas. O território indígena ianomâmi, encravado entre os estados de Roraima e Amazonas, na fronteira com a Venezuela, ocupa área de 96.649km², abriga cerca de 25 mil indígenas distribuídos por mais de 300 comunidades. O acesso por terra é realizado pela BR-174. Alternativa é via aérea ou fluvial. Lá estão garimpando ouro entre 20 e 25 mil pessoas no território que é maior do que a área em que vivem os descobridores do Brasil.

Vale a pena fazer a comparação para desenhar o tamanho do problema e da magnitude do drama humano. O governo precisa fornecer toda ajuda possível aos índios que são a parte mais fraca no embate entre os povos originários e os chamados civilizados. A Amazônia é a última fronteira na América do Sul a ser explorada. No Equador, por exemplo, a principal província petrolífera se situa justamente nas bordas da selva amazônica. E na Guiana Francesa o problema é semelhante: invasão de garimpeiros brasileiros e estrangeiros. É uma luta antiga.

A área é imensa. Acesso difícil. Ausência de governo, de leis, de polícias e de qualquer regulamentação. Os políticos locais defendem os garimpeiros, madeireiros e outros tipos de exploradores da selva. É atividade lucrativa. Um grama de ouro vale, hoje, R\$ 313,59. A onça troy (31,1035 gramas) é cotada a R\$ 9.599,36. O ouro tem valor em qualquer lugar do mundo, dentro ou fora do Brasil. Madame vai às compras numa joalheria elegante em São Paulo ou Nova York sem saber que a preciosidade vem da reserva ianomâmi e o diamante vem de lavra ilegal na África do Sul, Angola ou Namíbia.

O governo começou a enviar tropas e queimar equipamentos para fazer os garimpeiros deixar a região. Alguns se antecipam para não enfrentar os rigores da lei. Um ou outro será preso e punido de maneira exemplar. É necessário assim agir para

que o governo apresente à opinião pública o resultado positivo de sua atuação. Todos sabem que esse é um processo episódico. Os 200 ou 300 soldados não serão suficientes para solucionar problema muito antigo. O novo governo brasileiro precisa dar resposta internacional de sua preocupação com os povos nativos da floresta. Europeus se preocupam com o assunto. Nos Estados Unidos, os produtores rurais se defendem dizendo “farms here, forests there”. Fazendas aqui, florestas lá. Ou seja, os sul-americanos precisam preservar florestas, eles não.

A repressão policial-militar naquela área vai espalhar garimpeiros por toda a Amazônia brasileira e países vizinhos. O estado de Roraima, afetado pela diáspora dos venezuelanos, deverá receber gente saindo do mato em situação de penúria, de fome e necessitando cuidados médicos imediatos. Haverá uma avalanche de problemas,

com o branco. Há necessidades de parte a parte.

A situação emergencial dos ianomâmis lembra a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Foram realizadas 49 ações de garantia da lei e da ordem, em 10 meses ocorreram 1.532 mortes por violência policial e o assassinato da vereadora Marielle Franco. Mas a atual situação de (in)segurança no Rio de Janeiro é semelhante à que existia em fevereiro de 2018, quando foi decretada a medida extrema. Mexer na Amazônia exige conhecimento da região e ter projeto específico para aproveitar o que há de melhor no norte do país. Significa planejamento e a adoção de políticas públicas bem definidas. Defender o índio é fundamental, mas também é importante planejar futuro sustentável para os brasileiros que vivem na floresta, da floresta ou perto dela.

Mulheres viajantes. O futuro é analógico

» ROSE MAY CARNEIRO
Professora do curso de Audiovisual, Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB)

» MARCELA DE OLIVEIRA RIBEIRO
Jornalista e pesquisadora independente

Sábado foi o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência. A efeméride foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015. É preciso dar mais destaque às mulheres e meninas nas ciências. Não precisamos de lupas ou microscópios para perceber que a pandemia de covid-19 teve um impacto desproporcional sobre nós, as mulheres das Américas.

Mulheres tiveram que se contentar com jornadas triplas. Mulheres escreveram menos artigos. Mulheres sofreram violência doméstica. Mulheres foram alvo da misoginia de um ex-presidente grosseiro e tacanho que culminou no aumento exponencial do feminicídio. Se estivéssemos na casa digital do pássaro azul, eu diria, siga o fio.

Em 2022, uma extensa pesquisa foi consolidada por meio do relatório “Análise de Gênero e Saúde: Covid-19 nas Américas” e, por meio dele, foi feita uma análise aprofundada de áreas como saúde, emprego e bem-estar social.

À época, o evento contou com a participação de Karen Sass, diretora da área de Incapacidade da Secretaria Nacional de Cuidados do Ministério do Desenvolvimento Social do Uruguai, e Hugh Adsett, embaixador e representante permanente do Canadá junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). O resumo do relatório foi enfatizado pela diretora da OPAS, Carissa F. Etienne; “a desigualdade de gênero é uma crise social, econômica, política e de saúde em curso, que foi exacerbada pela pandemia. Mas também destaca onde precisamos trabalhar mais para criar um futuro mais justo, resiliente e sustentável”, enfatizou.

Esta é a segunda etapa de uma pesquisa (imersiva, fenomenológica — qualitativa) do meu pós-doutorado (UnB/Udelar — Uruguai), orientada pelo professor doutor Pedro Russi, que também será um filme: um road movie (filme de estrada) protagonizado por mulheres, um documentário ensaístico-poético, um filme-ensaio que poderia, quem sabe, se desdobrar em série. O objetivo desse projeto é viajarmos nesse Cinema Itinerante (Cine Pipoca no Rolê) e, por meio dele, vivenciarmos uma série de acontecimentos pelas estradas, em uma kombihome. É, também, explorar paisagens e questões sociais que podem estar conectadas à poesia cotidiana, um fazer cinema. Iremos em direção ao Uruguai e às paisagens interiores e exteriores que se descortinarão aos nossos olhos.

Sairemos, de Brasília, em 8 de março próximo, pois também é uma outra data emblemática: o Dia Internacional da Mulher. Faremos como o escritor Júlio Cortázar, sua companheira Carol Dunlop, seu cachorro e a inseparável kombi vermelha. Eles, neste caso, deixaram Paris e foram para Marselha. Quanto a nós, viajaremos para o Uruguai com nossas hipóteses de pesquisa e todas as nossas percepções. É possível vivenciar o tempo em sua plenitude? Quais seriam as semelhanças e diferenças entre “uma mulher aventureira” e “um homem aventureiro”? Como o cinema, a comunicação e os direitos humanos aparecem “em estado de viagem”? Fazer um road movie (filme de estrada) seria, também, fazer uma espécie de documentário poético? Um metacine- ma? Quem olha o visor da câmera pode, ao mesmo tempo, ser olhado por ela? E, afinal, quem cuida de quem cuida?

Perguntas não faltarão. Na tentativa de vivenciá-las e, ao mesmo tempo, respondê-las, irei, com a jornalista, pesquisadora e minha companheira — Marcela Ribeiro — e as nossas cinco cachorras, em busca dessa jornada. Aproveite para apresentá-las para vocês: Julie, Zoe, Isabela, Luna, e Duda são os cinco cachorros da família Ribeiro. Julie é uma salsicha de 12 anos com diabetes e paralisia nas patas traseiras. Zoe tem 11 anos, shihtzu, observadora zen budista. A Duda foi adotada na porta da nossa casa, para que, em minutos, essa vira se tornasse a dona de tudo.

A partir do momento que colocamos o pé, o corpo e a alma viajante, na estrada, sabemos que o tempo passa a ser nossa maestrina. Devagar. Vá. Olhe. Sinta. O vagar. Olhar as paisagens como se fosse pela primeira vez. A vez ontológica das viajantes. O novo deflagra o fugidito. A expectativa Delleuziana de um porvir. Assim, feito o cinema. O cinema que é cachoeira, como dizia Humberto Mauro. Cinema também é estrada, poeira, asfalto, árvores, infinito, céu, areia, um mar de gente. Godard também disse que o cinema é a realidade em 24 quadros por segundo.

Ir, na maioria das vezes, significa deixar para trás. Entre planos e ângulos, as imagens projetadas dançam em nossas retinas. Os irmãos Lumière fizeram isso ao filmar um trem em movimento chegando à estação. Foi também assim que o cineasta alemão Wim Wenders consagrou os road movies, a partir da década de 1970, com sua trilogia iniciática.

Viajar é consciência. É fazer ciência. Experiência. Isso acontece a partir do olhar, de nossos corpos itinerantes, dos deslocamentos, das errâncias, dos novos encontros e desencontros possíveis. É, ao mesmo tempo, quebrar barreiras, resgatar identidades, (re)descobrir culturas.

O retorno aos anos de chumbo

» MÍRIAN LAVOCAT

Advogada, é conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal

Estamos regredindo no tempo? Atravessamos um período em que muito se fala sobre a consolidação da democracia brasileira, no entanto a sensação que temos é de estarmos voltando aos anos de chumbo, pelo menos na política fiscal. Nossa impressão é de que poderemos adentrar uma época obscura na seara tributária.

Em meados de janeiro, o governo anunciou um pacote de medidas com o objetivo de melhorar a situação fiscal brasileira e reduzir o rombo nas contas públicas. Entretanto, as medidas provisórias propostas trazem um peso excessivo aos contribuintes. Além do retorno do voto de qualidade pró-Fazenda, lançam uma escuridão sobre a existência e importância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), um tribunal centenário, que apresenta sólidos resultados na redução de litígios tributários e aduaneiros na esfera administrativa e, conseqüentemente, na judicial, habitualmente citados em julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Aos empresários, vem sendo novamente colocada a pecha de sonegadores como se fossem eles os culpados pelo rombo nas contas públicas, olvidando-se, de forma proposital e contumaz, de pagarem os tributos. A realidade, entretanto, é inversa, eis que o empresário brasileiro não quer se eximir de suas responsabilidades ou sonegar tributos. O que quer é uma tributação justa, a garantia ao direito constitucional da ampla defesa

e ao contraditório, além de mínima segurança jurídica, que permita o planejamento necessário ao desenvolvimento das suas atividades.

O que temos observado é uma verdadeira violência aos direitos dos contribuintes, que terão de recorrer ao Judiciário, arcando com novas custas e garantias judiciais, congestionando ainda mais aquele poder, mesmo que tenhamos experienciado, nos últimos anos, a melhora no ambiente fiscal, proporcionando recordes de arrecadações.

Assusta, ainda, que nas propostas anunciadas pelo novo governo federal não se ouça falar em reduzir custos do Estado, em enxugar a máquina pública. Muito pelo contrário, o que tivemos foi um salto de 23 para 37 ministérios. Das novas medidas até agora divulgadas, apenas duas remetem ao corte de despesas públicas e contenção de gastos da máquina governamental.

Há de se falar ainda sobre a forma utilizada para as novas regulamentações. A utilização de medidas provisórias como ferramentas para essas alterações acaba por retirar da sociedade brasileira o direito ao debate. A ausência do processo legislativo regulamentar veta o amplo e democrático espaço de discussões promovido pelas casas legislativas, eleitas democraticamente, e com a devida representatividade a elas conferida pelo povo brasileiro.

Ademais, a utilização do instrumento precário ainda se torna mais preocupante. Na semana dos mais repudiáveis atos contra o Supremo Tribunal Federal, que levaram à indignação dos brasileiros

e do mundo democrático, tivemos, entre outras medidas, a edição da MP nº 1160/2023. A Suprema Corte, pela maioria dos seus ministros integrantes, no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade nº 6399, em 24 de março de 2022, formou entendimento pela inconstitucionalidade do voto de qualidade contrário ao contribuinte, nos casos de empate nos julgamentos dos processos administrativos, instaurados pelo fisco federal. Parece-nos que a supremacia das decisões do STF não foi levada em conta quando da edição da medida provisória acima mencionada.

Enfim, é o desejo comum de todos nós brasileiros que o país continue a crescer, consolidando-se como economia pujante perante o mundo, mas não podemos eleger o empresariado brasileiro, já asfixiado com a brutal carga tributária como vilão e único responsável para tanto, ainda mais depois de anos difíceis, ocasionados pela pandemia da covid-19, que nos empurrou para uma crise econômica e humanitária sem precedentes.

Uma política fiscal justa, clara e consistente, sem colocar sobre os ombros dos contribuintes todo o peso; uma responsabilidade fiscal efetiva e austera, bem como reformas tributária e administrativa, amplamente debatidas com a sociedade e colocadas em prática, são, sem sombra de dúvida, o melhor caminho para consolidarmos o Brasil com todo o seu potencial entre as maiores potências mundiais. Sem anos de chumbo.

Viva a democracia plena.

